

OK



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - C R T
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO N° 298 /2011

SESSÃO ORDINÁRIA DE 12.05.2011

PROCESSO N° 1/3108/2007 AUTO DE INFRAÇÃO N° 1/2007.04441-3

AUTUANTE : MARIA ELENILCE C.VIANA P.

RECORRENTE: FRANCISCA CELIA ALVES GOMES

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATORA: Conselheira SILVANA CARVALHO LIMA PETELINKAR

EMENTA: - ICMS - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS - 1. AUTO DE INFRAÇÃO NULO - COMPROMETIMENTO AO PRINCÍPIO DA ESPONTANEIDADE POR FALTA DE CIÊNCIA AO TERMO DE INTIMAÇÃO - 2. INFRINGÊNCIA AO ART. 32 DA LEI N° 12.732/97 - 3. DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS. REFORMADA A DECISÃO EXARADA EM 1ª INSTÂNCIA, NULIDADE CONFORME PARECER ADOTADO PELA PGE.

RELATÓRIO:

1

Refere-se o Auto de Infração que o Contribuinte " enquadrado no regime de empresa de pequeno porte - EPP, na forma e nos prazos regulamentares, de entregar ao fisco a declaração de informações econômicas-fiscais - DIEF, ou outra que venha a substituí-la. O Contribuinte deixou de apresentar DIEF referente aos meses de Dezembro/05 e Janeiro/2006 a Janeiro/2007. Razão da lavratura do auto de infração."

O Agente Fiscal, com base na Ordem de Serviço n° 2007.02886 de 31 de janeiro de 2007, ensejando o Termo de Intimação n° 2007 03523 de 12/02/2007 e o respectivo Auto de Infração n° 2007. 04441-3 de 17.04.2007.

Em 1ª Instância o julgador manifesta-se pela Parcial Procedência proferindo a seguinte Ementa " Não entrega da Declaração de Informações Econômicas Fiscais - DIEF. O argumento do contribuinte de que desconhecia os efeitos danosos do descumprimento do dever não é razão para afastar a sua

PROCESSO N° 1/3108/2007
AUTO DE INFRAÇÃO N° 1/2007.04441-3



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – C R T
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

responsabilidade, pois, por princípio jurídico, não é admitido o descumprimento de preceito legal sob o pretexto de que a desconhecia. Igualmente não afasta a responsabilidade eventual insuficiência econômica. O pressuposto assim anularia a intenção do cometimento da infração, entretanto, salvo exceção, que aqui não é caso, a responsabilidade por infração independe da intenção do contribuinte ou responsável de produzi-la (art.21 da Lei 12.670/91) que significa dizer que não deve ser considerado o fato volitivo (vontade) na configuração do tipo infracional, ou seja a responsabilidade por infração à legislação tributária decorre da simples negligência. Dief instituída pelo Decreto 27.710 de 14 de fevereiro de 2005 e a Instrução Normativa n. 14/2005, com as suas modificações posteriores, estabeleceu a sua forma de apresentação. Auto de Infração PROCEDENTE. Defesa tempestiva. Dispensada remessa de ofício."

Através do Parecer nº 446/2010 a Consultoria Tributária reforma a decisão singular pela nulidade da autuação, o que foi acatado pela Douta Procuradoria Geral do Estado.

2

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR:

Ao analisarmos os atos processuais, observamos equívocos na redação do Edital Intimação 08/2007, posto que, provocou dúvidas, quanto ao real entendimento, uma vez que, não ficou claro a efetiva intimação, pairando incertezas quanto a efetiva lavratura do auto de infração, entendo que o mesmo teria sido lavrado, restando ao contribuinte apenas duas alternativas, quais sejam, impugnar ou recolher o crédito tributário de um suposto auto de infração.

No caso vertente, o agente autuante promoveu a lavratura do Termo de Intimação n. 2007.03523, o qual



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - C R T
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

procedeu-se através do Edital de Intimação 08/2007, emitido de forma equivocada.

Caracterizado nos autos a falta de INTIMAÇÃO DO CONTRIBUINTE compromete-se o PRINCÍPIO DA ESPONTANEIDADE, sendo **NULO** o respectivo Auto de Infração, nos termos do art. 32, da Lei nº 12.732/97, in verbis:

Art. 32. São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de quaisquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.

Pelo exposto julgo **NULO** o Auto de Infração em apreço.

Por tudo exposto, voto pelo conhecimento do RECURSO OFICIAL, negar-lhe provimento, no sentido de reformar a decisão monocrática, pela nulidade do Auto de Infração, nos termos desse voto e conforme Parecer da Consultoria Tributária, aprovado pelo representante da Douta Procuradoria Geral do Estado.

3

É o voto.

DECISÃO

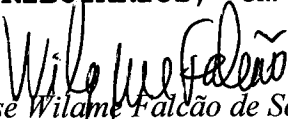
*Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **Francisca Célia Alves Gomes** e recorrido **Célula de Julgamento de 1ª Instância**;*

RESOLVEM os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, resolvem por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, dar-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância e, em grau de preliminar, declarar a **nulidade** do feito fiscal, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

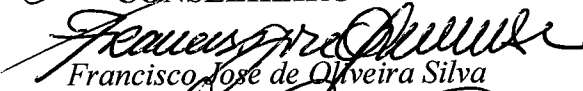


ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – C R T
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 05 de
agosto de 2011.


José Wilame Falcão de Souza
PRESIDENTE


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO


Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO


Silvana Carvalho Lima Petelink
CONSELHEIRA-RELATORA


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO


João Carlos Mineiro Moreira
CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO


Marcos Antonio Brasil
CONSELHEIRO


Sebastião Almeida Araújo
CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO